

JORNAL DO JUDICIÁRIO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ / EDIÇÃO Nº 4



UM PROCESSO DE TODOS

O Tribunal de Justiça do Ceará disponibiliza à consulta pública os autos do processo que originou a Lei Maria da Penha. Em 2016, a norma completa dez anos e é vista como marco jurídico histórico

PÁGS. 8, 9, 10 E 11

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA BATEM RECORDE

Por dia de mutirão, a Vara Única do Fórum de Fortaleza realizou 44 audiências. No balanço final, 92% dos detentos ficaram presos ou foram submetidos a medidas cautelares.

PÁGS. 6 E 7

DEFINIDOS GESTORES E METAS PARA 2016

Conheça as diretrizes do TJCE para o ano e saiba pelo o que cada magistrado e secretário ficou responsável. Os nomes foram escolhidos pela presidente Iracema Vale.

PÁGS. 16 E 17



Expediente

GESTÃO DO JUDICIÁRIO

PRESIDENTE: Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale
VICE-PRESIDENTE: Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes
CORREGEDOR-GERAL: Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva
DIRETOR DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA: Juiz José Maria Sales
DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA: Desembargador Paulo Francisco Banhos Ponte

JORNAL DO JUDICIÁRIO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO/ EDITORA-GERAL: Sílvia Goes
SUBEDITOR: Bruno de Castro
REDAÇÃO: Ana Carolina de Palhano, Bruno de Castro, Camilla Carneiro, Emanuely Néri, Mariana Galvão, Priscila Teixeira, Rebeca Nolêto, Rodrigo Barros, Rodrigo França, Thylliana Costa e Ulysses Sousa
COLUNISTA: Edson Gomes
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Nadson Fernandes e Calvin Penna
FOTOGRAFIA e BANCO DE IMAGENS: Calvin Penna, Nadson Fernandes, Freepick e Pixabay



www.tjce.jus.br



imprensa@tjce.jus.br



facebook.com/tjceoficial



twitter.com/tjcenoticias

Editorial

Uma mulher à frente do Judiciário – a segunda, em 140 anos - une-se a outras mulheres na luta pela redução da violência doméstica. Dessa junção nasce a ideia de abrir para todo e qualquer cidadão os detalhes de um processo que marcou o mundo jurídico e originou uma das leis mais importantes do Brasil redemocratizado. É histórico e de uma simbologia enorme o ato da presidente Iracema Vale, da desembargadora Ségria Miranda e da juíza Rosa Mendonça de disponibilizar à consulta pública os autos do processo da farmacêutica Maria da Penha. O documento é uma espécie de manual sobre como a mulher não deve desistir de lutar pelos direitos aos quais têm direitos. Sobre como reivindicar novos direitos. Sobre como, se necessário, acionar instâncias internacionais para isso acontecer. Sobre como se empoderar da própria vida. Por isso, a partir de agora, ele poderá embasar pesquisas, fundamentar defesas e tudo o mais em prol do estancamento da violência contra a mulher, que ainda mata tantas no nosso país. O 'Jornal do Judiciário' vai falar disso e de como foi o mutirão de audiências de custódia realizado em Fortaleza. Quase todos os presos receberam algum tipo de sanção, o que desmonta a tese de que as audiências são ineficazes. Nós vamos revelar também quais instituições vão trabalhar em parceria com o TJCE na expansão dos centros judiciários de solução de conflitos e cidadania. Importantes convênios foram firmados nesse sentido. Além disso, vamos falar do elevado índice de satisfação com os serviços da Ouvidoria Geral do Tribunal por quem precisa dela. Estamos rumo aos 100% de aprovação! Destacamos ainda os novos serviços ofertados pela Corregedoria na Internet e a possibilidade de você solicitar a emissão de certidões criminais e cíveis de 2º Grau sem sair de casa. Em breve, sequer vai ser necessário ir ao Palácio da Justiça para pegar o documento. Ele será enviado por e-mail! É o Judiciário se modernizando cada vez mais pra se aproximar de quem precisa dele. Na edição deste mês, você também vai conhecer as metas do Tribunal para 2016 e seus gestores. Temos muito trabalho pela frente! E já começamos a executá-lo. Por fim, mas não menos importante, alertamos para o perigo da proliferação do Aedes aegypti. Porque é função sim do sistema de Justiça se envolver na guerra contra esse mosquito. A dengue, a chikungunya e o zika não podem avançar mais. No que depender da gente, não irão!

Boa leitura.

Sílvia Goes
Assessora de Comunicação
do TJCE

Mais bonito e mais moderno

A Corregedoria Geral da Justiça do Ceará está de portal novo. E a gente revela aqui todas as mudanças – pra melhor – dessa importante ferramenta de comunicação com quem necessita ou é parceiro do Judiciário

Quem precisa do Judiciário cearense conta agora com um serviço melhor de comunicação com a Corregedoria Geral da Justiça. Um novo portal na Internet está no ar com um visual muito mais moderno e mais facilidade nas buscas e no acesso às normas e a outras informações de interesse público.

O serviço extrajudicial ganhou uma área exclusiva no novo site. Nele, o usuário pode acessar documentos diversos e identificar endereços e telefones dos cartórios de

todo o Ceará. Além disso, ficou mais rápido acessar o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil, o Malote Digital, o Portal Extrajudicial e os sistemas Sisguia Extrajudicial e Justiça Aberta.

No portal, estão disponibilizados dados como mapas estatísticos da produtividade dos magistrados, resultados das correições, inspeções e visitas realizadas junto às unidades judiciais do primeiro grau e extrajudiciais, manuais, cartilhas e outras informações institucionais

de caráter pedagógico ou de interesse da sociedade acerca das ações realizadas”, lista a auditora da Corregedoria, Márcia Viana.

Mais uma novidade: agora, é possível identificar notícias através de QRCode. Um código é gerado quando uma publicação for feita e, a partir daí, os internautas poderão utilizar dispositivos móveis para fazer a leitura do QRCode, compartilhar notícias através de smartphones ou simplesmente optar por ler as matérias em seus celulares.

Isso faz com que o conteúdo do portal seja organizado de forma mais clara. Ganha o cidadão comum que precisa de uma informação com rapidez e ganham os cartórios. Ganha também o Judiciário, que reforça o compromisso com a transparência e cumprimento da Lei de Acesso à Informação. “O novo portal é mais interativo, mais dinâmico e mais moderno”, resume Márcia Viana.

MULTIMÍDIA

O novo portal da Corregedoria
www.corregedoria.tjce.jus.br



Quatro IMPOR- TANTES parceiros



A vigência do novo Código de Processo Civil (CPC) no Ceará foi marcada pelo início de um novo jeito de praticar Justiça em Fortaleza. Por conta de uma parceria firmada entre o TJCE, a Defensoria Pública Geral do Ceará, o Ministério Público do Estado e duas universidades, o Judiciário cearense tem agora mais possibilidades de promover conciliações e mediações. E, assim, fomentar a cultura de paz e reduzir a quantidade de processos em tramitação.

O convênio determina a instalação de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, os Cejuscs, na sede da Defensoria, na Universidade de Fortaleza (Unifor) e na Faculdade Farias Brito (FFB). Esses três núcleos foram pensados para reforçar a atuação do Cejusc do Fórum Clóvis Beviláqua, cujas instalações foram ampliadas e melhoradas.

Todas essas estruturas estão funcionando desde 18 de março, quando o novo CPC entrou em vigor em todo o Brasil. Elas visam oferecer para mais pessoas a possibilidade de um acordo ser feito antes de uma disputa virar um processo. Essa é uma das premissas da Lei de Mediação (nº 13.140/2015) e da redação atualizada do Código.

A presidente do TJCE, desembargadora Iracema Vale, destaca o importante papel das instituições de ensino superior na formação de operadores do Direito cada vez mais capacitados para promover acordos entre as partes e desconstruir a cultura de que toda e qualquer demanda deve ser solucionada pelo

Judiciário. “As universidades exercem um papel fundamental nessa mudança de mentalidade, pois cabe aos juristas em formação a consolidação da mudança de paradigma que agora iniciamos.”

Já o supervisor do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do TJCE, desembargador Gladysson Pontes, adianta que outras faculdades de Direito manifestaram interesse de fazer parte do projeto. Novas parcerias estão sendo analisadas para outros Cejuscs serem criados na capital.

O Interior também pode receber Centros de Solução de Conflitos. A ideia do TJCE é levar essas estruturas inicialmente para cidades de grande porte. “É necessário começar os trabalhos com um número reduzido de instituições. A responsabilidade do Tribunal em fiscalizar e analisar o funcionamento dos centros nesse primeiro momento faz com que não possamos firmar um número maior de convênios de imediato”, explica o magistrado.

A defensora pública-geral do Ceará, Mariana Lobo, classifica a parceria como “algo em busca de um bem maior. Somar diferentes perspectivas é que faz com que o projeto dê certo”.

Para o procurador-geral de Justiça do Ceará, Plácido Rios, os métodos alternativos de solução de conflitos são o novo caminho para o Judiciário melhorar em eficácia. “Só assim poderemos fazer melhor o nosso trabalho, que é solucionar problemas.”



Agora pela Internet

que antes era feito só de forma presencial agora pode ser resolvido de casa. Está liberada a solicitação online de certidões criminais e cíveis de 2º Grau pela Internet. Quem precisar do documento basta acessar o site oficial do TJCE e preencher o formulário para requerimento (veja o endereço em Multimídia).

O procedimento é rápido e fácil. São solicitadas informações básicas do requerente, como nome completo, número do CPF, número do RG, órgão emissor da carteira de identidade e o tipo de certidão (se criminal ou cível). É obrigatório anexar imagens do CPF e do RG. Desta forma, assegura-se a veracidade dos dados e a celeridade do serviço.

Para acessar o requerimento, o usuário deve buscar a aba “Cidadão” na página principal do site do Tribunal. Em seguida, precisa clicar no índice “Certidão Negativa” e, por fim, selecionar a opção “Requerimento para Certidão Criminal e Cível de 2º Grau.”

Esse novo serviço é uma das linhas de ação do programa denominado “Certidão online”. Ele foi desenvolvido pela Secretaria Judiciária do TJCE e está alinhado aos objetivos do Plano Estratégico 2015-2020 do Judiciário cearense de assegurar um acesso cada vez mais rápido e fácil da população à Justiça.

Antes, quem precisasse das certidões era obrigado a deslocar-se ao Palácio da Justiça, sede do TJCE em Fortaleza, para solicitar os documentos e, após 48 horas, retornar para recebê-los. Agora, será necessário ir ao Judiciário apenas uma vez, já que se pode preencher o requerimento no site do Tribunal e aguardar por e-mail a resposta de que a certidão está pronta para ser retirada.

Em breve, nem a ida para retirada da certidão será obrigatória. O programa “Certidão online” prevê a implementação do serviço de entrega dos documentos assinados digitalmente através do e-mail do requerente.

MULTIMÍDIA

Para solicitar certidão criminal e cível de 2º Grau

<http://www.tjce.jus.br/institucional/certidao-criminal-negativa/>

Síntese

Edson Gomes
Jornalista



edsongomes@tjce.jus.br

INSTALAÇÃO DO FÓRUM DE DIÁLOGO

O Fórum Permanente de Diálogo Interinstitucional do Judiciário cearense tem instalação agendada para 8 de abril, no Tribunal de Justiça, em solenidade conduzida pela presidente da Corte, desembargadora Iracema Vale. O Fórum buscará construir ações conjuntas para melhoria dos serviços prestados pela Justiça. Foram convidados representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, OAB-CE, Associação Cearense de Imprensa, Pastoral Carcerária, entre outras entidades.

CONCILIAÇÃO NO NOVO CPC

Estão agendadas para 5 de abril, no TJCE, duas palestras sobre conciliação e mediação nos moldes do novo CPC. A primeira ocorrerá às 10h30, com o juiz auxiliar do CNJ, André Gomma de Azevedo, que falará sobre “Novos Valores da Justiça Consensual face ao novo CPC”. À tarde, a partir das 14h, as professoras da Unifor, Emmanuela Carvalho Cipriano Chaves e Mônica Carvalho Vasconcelos, abordarão a temática “A Institucionalização da Mediação de Conflitos no Brasil: um novo Paradigma.”

BOA NOTÍCIA

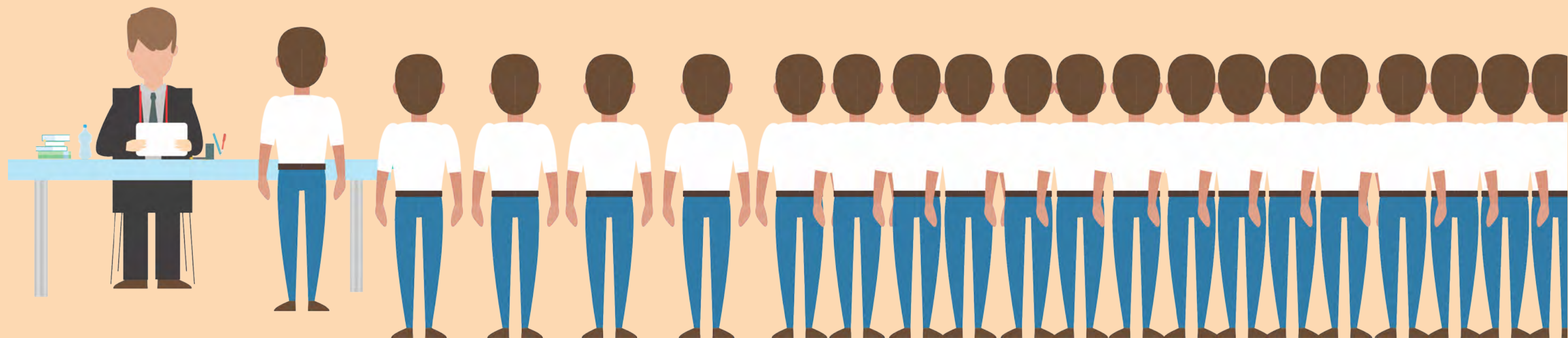
Para as famílias de baixa renda beneficiárias da Companhia de Habitação do Ceará (Cohab). A presidente do Tribunal, desembargadora Iracema Vale, assinou convênio que possibilita a redução de taxas cobradas por cartórios quando o proprietário da casa popular precisar registrar o imóvel. O convênio, que faz parte do programa Papel da Casa, também foi assinado pelo governador Camilo Santana e pelo prefeito Roberto Cláudio.

FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

Equipe formada por magistrados e servidores irão fiscalizar as unidades do sistema carcerário do Ceará. Criado pelo TJCE em março, o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário tem como supervisora a desembargadora Maria Edna Martins. Também fazem parte a juíza Luciana Teixeira de Souza, da 2ª Vara de Execuções Penais de Fortaleza, e os servidores Adalberto Leite, Liliane dos Santos, Maria Costa Pereira e Waleska Kalil. Eles desenvolverão esse trabalho sem o prejuízo de funções originárias.

44 audiências POR DIA

Primeiro mutirão do ano na Vara Única de Audiências de Custódia de Fortaleza teve 669 decisões. Somente em 7% delas o detento acabou solto



Foram duas semanas de mobilização. De 15 de fevereiro a 4 de março, todo dia útil era de audiência atrás de audiência. Ao ponto de, no total, 669 detidos em flagrante serem levados à presença de um juiz para saberem se ficariam presos, se seriam soltos ou se cumpririam medidas cautelares.

Esse índice representa uma média de 44 audiências realizadas por dia na Vara Única de Audiências de Custódia de Fortaleza durante o primeiro mutirão de 2016. Em dias normais, sem mutirões, a média é de 35 audiências.

Das 669 audiências do primeiro mutirão do ano, 92,9% resultaram em algum tipo de

punição. Isso equivale a 622 casos, em números absolutos. Ou seja: apenas 7,1% (ou 47, em números absolutos) dos detidos foram soltos. Dos que sofreram algum tipo de sanção, 58% (391) foram presos e 34% (231) foram submetidos a medidas cautelares.

Sete juízes participaram da força-tarefa. O efetivo habitual da unidade é de quatro magistrados. “Os números foram muito positivos. Creio que conseguimos atingir nosso objetivo, que era desafogar o número de autos em fila de espera. Todo esse sucesso se deve às pessoas que estiveram envolvidas na mobilização”, pontua a juíza titular da Vara,

Marlúcia de Araújo Bezerra.

Antes do mutirão, 318 autos de prisão em flagrante esperavam por análise na unidade. A mobilização conseguiu acabar com essa demanda, diminuindo o tempo da realização da audiência do flagranteado para até cinco dias após a prisão. A meta da Vara é encurtar ainda mais esse prazo, chegando a 24 horas.

Para fazer o mutirão, o TJCE contou com o apoio do Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria Estadual da Justiça e Cidadania (Sejus), Associação Cearense dos Magistrados (ACM), Ordem dos Advogados do Brasil no Ceará (OAB-CE), Polícia Civil e Central Integrada de Apoio à Área Criminal (CIACC) do Fórum.

NÚMEROS

92% receberam algum tipo de punição
58% foram presos
34% foram submetidos a medidas cautelares
7% foram soltos
563.526 é o total de presos no Brasil
42% desse total são presos provisórios

MULTIMÍDIA

A lista das audiências de custódia pode ser vista em <http://www.tjce.jus.br/audiencia-custodia/>

Para saber como estão as audiências de custódia no Brasil <http://bit.ly/1V1Dqno>

SAIBA MAIS

Quais os resultados possíveis de uma audiência de custódia?

- Relaxamento de eventual prisão ilegal;
- Concessão de liberdade provisória, com ou sem fiança;
- Substituição da prisão em flagrante por medidas cautelares;
- Conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva;
- Análise da consideração do cabimento da mediação penal, evitando a judicialização do conflito, corroborando para a instituição de práticas restaurativas;
- Outros encaminhamentos de natureza assistencial.

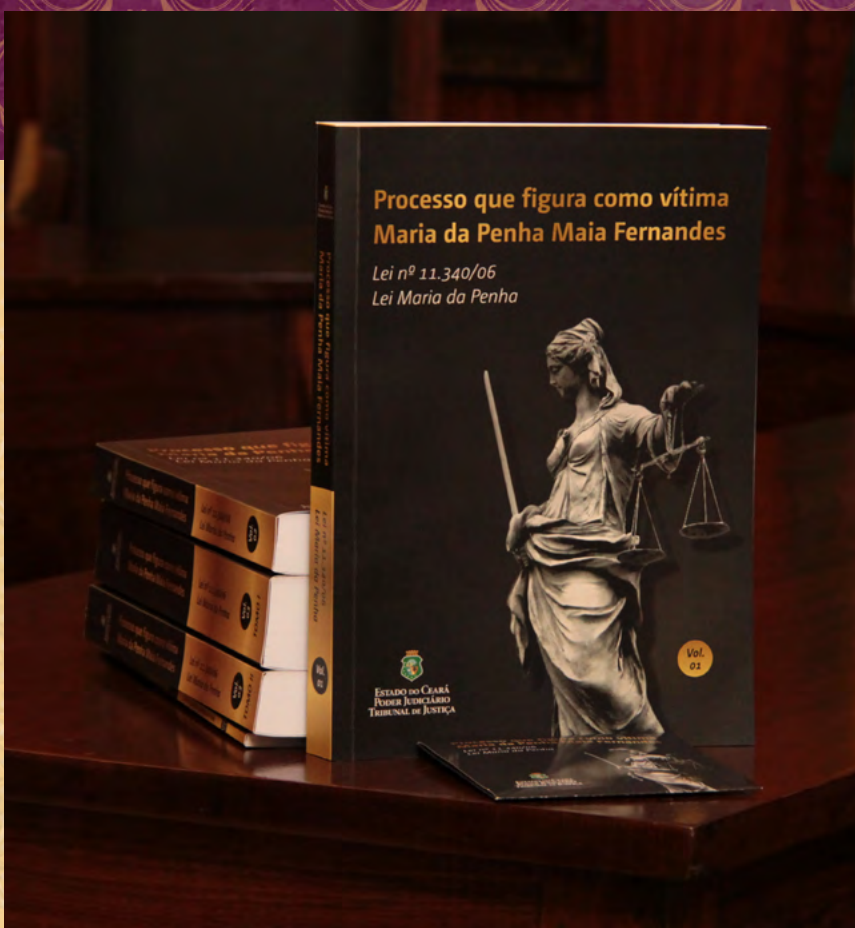
Fonte: CNJ.

Pra todo mundo ler (e se inspirar)

Um dos processos mais importantes da história do Brasil está agora disponível para consulta pública gratuita. É por causa dele que hoje muitas mulheres são salvas das mãos de agressores (e até da morte)



Ao centro, a presidente Iracema Vale, a desembargadora Sérgia Miranda e a juíza Rosa Mendonça homenageiam Maria da Penha



Dez anos após a Lei Maria da Penha entrar em vigor, foi preciso uma mulher estar à frente do Tribunal de Justiça do Ceará para o processo criminal que deu origem à norma ser disponibilizado à consulta pública. Qualquer pessoa interessada em conhecer os detalhes do caso da farmacêutica cearense agora pode ver os autos.

São quatro volumes. Há uma cópia impressa e uma cópia digital. Todo esse material já está disponível para leitura no Memorial do Poder Judiciário (que fica na sede do TJCE, no Cambéba, em Fortaleza). Exemplares também foram entregues pela desembargadora Sérgia Miranda ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

“A história da Maria da Penha é referência não só do ponto de vista

jurídico. Ela é uma mulher na qual todas nós deveríamos nos inspirar. Porque ao invés de se acovardar diante de uma circunstância delicada, ela lutou para garantir direitos numa época em que esses direitos não existiam. Onde, na verdade, praticamente não havia nem a quem pedir ajuda”, resume a presidente do Tribunal, desembargadora Iracema Vale.

O Tribunal disponibilizou o processo na celebração do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março. O ato integrou a programação da IV Semana pela Paz em Casa, ocorrida entre 7 e 11 de março. Trata-se de uma mobilização do TJCE para acelerar a tramitação do maior número possível de processos de violência doméstica e familiar contra a mulher em todo o Estado.

Vítima de violência que dá nome à Lei, a farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes acompanhou a entrega dos autos ao Memorial e classificou como histórico o momento protagonizado pelo Judiciário. Era 1983 quando ela foi atacada pelo ex-marido. Levou um tiro e ficou paraplégica.

“Naquele tempo, eu não podia procurar ajuda porque não existia nada para ajudar. Mas hoje as mulheres podem se fortalecer através da denúncia e do acompanhamento do Centro de Referência da Mulher, que dá condições pra ela decidir quando sair dessa situação. Porque quando a violência acaba, a vida recomeça”, diz a cearense.

A presidente da Coordenadoria Estadual da

Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJCE, desembargadora Sérgia Miranda, explica que a digitalização do processo tem por objetivo preservar o conteúdo da ação. “Esse processo é um marco no ordenamento jurídico nacional. Abrir para consulta pública vai possibilitar a realização de estudos técnicos e acadêmicos, solidificando a atenção do Judiciário sobre o tema.”

Destaque semelhante é feito pela vice-presidente da Comissão da Mulher da Ordem dos Advogados do Brasil no Ceará, Mônica Barroso. “Agora, pesquisadores, defensores, advogados e quem quiser pode conhecer como foi a trajetória de luta de uma mulher de fibra. Esse é um momento histórico.”

Engajamento por menos violência

A quarta edição da Semana Nacional Pela Paz em Casa, ocorrida entre os dias 7 e 11 de março, mobilizou magistrados e servidores de todo o Ceará. Eles atuaram para priorizar o julgamento de processos relativos a crimes de violência doméstica contra a mulher.

A mobilização aqui foi capitaneada pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJCE. Presidente do colegiado, a desembargadora

Sérgia Miranda revela que 370 audiências foram agendadas para os cinco dias de força-tarefa. "Sentimos uma grande capacidade de motivação e de trabalho dos nossos magistrados e servidores. Por isso, fazemos a eles um agradecimento na certeza de que essa é uma luta de todos nós."

Em Fortaleza, cinco juízes atuaram ao lado de cinco promotores e cinco defensores públicos. A titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, juíza Rosa Mendonça, teve 96 audiências

agendadas. "Foi uma semana muito proveitosa. Muitos processos foram agilizados e muitas medidas protetivas foram expedidas. Foi uma mobilização muito positiva", sintetiza a magistrada.

Além de priorizar julgamentos, a Semana pela Paz em Casa contou também com palestras, ações de conscientização e sensibilização no combate à violência doméstica. Em 2015, a Semana Nacional Pela Paz em Casa teve três edições e somou 2.642 procedimentos.

SERVIÇO

Para ler os autos do processo criminal que originou a Lei Maria da Penha
Onde: Memorial do Poder Judiciário (avenida General Alfonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéba)

Quando: de segunda a sexta-feira, das 8 horas às 17 horas

MULTIMÍDIA

A Lei Maria da Penha pode ser acessada em:
<http://bit.ly/1lyrVDL>

SAIBA MAIS

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de agosto de 2006.

Em 2010, Maria da Penha lançou o livro "Sobrevivi, posso contar". A obra narra a história dela na luta contra a violência doméstica e familiar.

O Ceará conta hoje com sete delegacias especializadas em casos envolvendo mulheres. Elas ficam em Fortaleza, Iguatu, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Sobral, Quixadá e Pacatuba.



OS PRINCIPAIS PONTOS DA LEI MARIA DA PENHA

-  - Estabelece as formas da violência doméstica contra a mulher como: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral
-  - Determina que a violência doméstica contra a mulher independe de orientação sexual
-  - O agressor NÃO pode cumprir pena pecuniária (pagamento de multa ou cestas básicas)
-  - Possibilita ao juiz decretar prisão preventiva do agressor quando houver riscos à integridade física ou psicológica da mulher
-  - O juiz pode determinar em caráter obrigatório ao agressor que compareça a programas de recuperação e reeducação
-  - Se a vítima tiver algum tipo de deficiência, a pena é aumentada em um terço
-  - Quando pego em flagrante, o agressor pode ir preso
-  - Em 48 horas, o juiz pode conceder medidas protetivas de urgência à mulher, tais como: afastamento do agressor do lar, distanciamento da vítima, suspensão do porte de armas do agressor etc
-  - As penas variam de três meses a três anos de detenção

90% DE SATISFAÇÃO

O atendimento da Ouvidoria do TJCE é aprovado por quase todos que a procuram. A média mensal é de 539 manifestações. Em outubro deste ano, o órgão completa 12 anos de atuação

Entre sugestões, reclamações, críticas, elogios, pedidos de informações e outras demandas, a Ouvidoria Geral do Poder Judiciário, sediada no Palácio da Justiça, em Fortaleza, recebe, por mês, uma média de 539 manifestações. Além dessa alta procura, é elevado também o nível de satisfação de quem precisa da ajuda do órgão.

Um levantamento feito pela Secretaria da Ouvidoria Geral do Tribunal de Justiça do Ceará mostrou que 90% das pessoas que a procuram ficam satisfeitas com o atendimento recebido pela equipe e pelo ouvidor, cargo hoje ocupado pelo desembargador Francisco Gomes de Moura.

O índice engloba os acolhimentos presenciais, os feitos por telefone e os recebidos por fax e por e-mail. O estudo foi elaborado em decorrência da passagem do Dia do Ouvidor, celebrado em 16 de março.

"Ter um índice tão elevado de aceitação mostra o quanto a gente busca um serviço transparente e aberto a quem quer que seja. O Judiciário está cada vez mais próximo da sociedade. E a gente tem que se abrir para todo tipo de manifestação", pontua Gomes de Moura.

Apenas em janeiro e fevereiro deste ano, 1.044 demandas já foram registradas na Ouvidoria do TJCE. Em 2015, o órgão somou 6.465 solicitações. Cerca de 90% delas chegam por e-mail, outro dado importante do levantamento da Secretaria.

MAS E O FÓRUM?

O Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, também dispõe de Ouvidoria própria. É ela o principal canal de diálogo entre quem precisa da Justiça de 1º Grau e o Judiciário. Durante todo o ano passado, o órgão registrou 16.716 manifestações. Isso equivale a uma média mensal de

mais de 1.300 demandas.

A juíza Valéria Carneiro Barroso é quem está à frente do setor. Ela destaca as audiências públicas que a Ouvidoria do Judiciário tem realizado para se aproximar cada vez mais da população. Os eventos acontecem em parceria com a Defensoria Pública, o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil e outras entidades.

"A gente tem tentado fazer o que pode para atender melhor a população. Através das sugestões dadas pela população, são feitos estudos para descobrir onde podemos melhorar. Mas nós também temos orientado partes e advogados que priorizem a conciliação e mediação. O ideal seria que as causas fossem resolvidas antes de entrarem na Justiça. Além de evitar o processo, a própria parte vai poder dizer que quem resolveu o problema foi ela e isso dá uma sensação de poder, de bem estar", revela.



QUEM É O OUVIDOR DO TJCE?

O cargo de ouvidor do Judiciário cearense é atualmente ocupado pelo desembargador Francisco Gomes de Moura. Ele é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC). Também tem Licenciatura Plena em Estudos Sociais pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Tem ainda duas especializações: uma em Direito Público e outra em Administração Judiciária, ambas pela Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec).



QUEM É A OUVIDORA DO FÓRUM?

A ouvidora do Fórum Clóvis Beviláqua é a juíza Valéria Carneiro Barroso. Ela está no cargo desde 2015. É formada em direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e hoje também exerce as funções de titular da 23ª Unidade do Juizado Especial da Comarca de Fortaleza e é integrante do 3º Fórum de Turmas Recursais do TJCE.

SAIBA MAIS

Em 28 de outubro, a Ouvidoria do TJCE completará 12 anos de atuação.

A Ouvidoria tem como principal função registrar e dar tratamento adequado às reclamações, pedidos de informações, sugestões, denúncias e elogios sobre os serviços prestados pelo Judiciário.

Além disso, a Ouvidoria contribui para aperfeiçoar os padrões de transparência, presteza e segurança das atividades desenvolvidas pelo TJCE.

A Ouvidoria também funciona como canal entre a sociedade e o Poder Judiciário no tocante aos assuntos relacionados à defesa da cidadania.

A data 16 de março foi escolhida como Dia do Ouvidor em referência à fundação da Associação Brasileira de Ouvidores, a ABO. Ela foi criada em 1995, durante o I Encontro Nacional de Ouvidores, realizado em João Pessoa, na Paraíba.

SERVIÇO

OUVIDORIA DO TJCE

ONDE: Palácio da Justiça (av. Ministro José Américo s/n, Cambeba, em Fortaleza)

QUANDO: de segunda a sexta-feira, das 8 horas às 18 horas

TELEFONE: (85) 3207.7428 e 3207.7430

E-MAIL: ouvidoriageral@tjce.jus.br

OUVIDORIA DO FÓRUM

ONDE: rua desembargador Floriano Benevides Magalhães, nº 220, Edson Queiros, em Fortaleza

QUANDO: de segunda a sexta-feira, das 8 horas às 18 horas

TELEFONE: (85) 3492.8180 ou 3488.6970 ou ainda 3488.6971

E-MAIL: ouvidoriaforum@tjce.jus.br

A gente diz NÃO ao mosquito!



O **Judiciário está na guerra** contra a dengue, a chikungunya e o zika. Focos são eliminados e mais e mais pessoas são conscientizadas dos riscos. E você, o que tem feito?

Sim, conter o avanço da dengue, do zika vírus e da febre chikungunya pelo Brasil também é responsabilidade do Judiciário! Por isso, diversas medidas têm sido adotadas pelo TJCE para eliminar focos do Aedes aegypti, mosquito transmissor das três doenças, dentro e fora das dependências dos prédios da Justiça Estadual.

Mas é possível ir além das vistorias de rotina em Fortaleza e nas comarcas interioranas. Dá para sensibilizar quem visita um fórum de grande movimentação, por exemplo. Dá também para expor os perigos da água parada, local de proliferação do Aedes, a quem é atendido por entidades ligadas ao Judiciário.

Foi o que aconteceu com cerca de 150 jovens do Instituto Brasileiro pró Educação, Trabalho e Desenvolvimento (Isbet). A instituição é parceira da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas e Habeas Corpus (Vepah) de Fortaleza e liberou os adolescentes para um ciclo de palestras sobre o mosquito, a dengue, o zika vírus e a chikungunya dentro do programa "Atitude Cidadã."

As explanações foram feitas com o apoio de técnicos da Secretaria Estadual da Saúde (Sesa). Porque quanto mais gente souber como o Aedes se reproduz e conhecer os sintomas das doenças, menor será a chance de o mosquito viver e de mais pessoas morrerem ou nascerem com problemas de saúde.

Problemas como a microcefalia, decorrente do zika vírus em grávidas. "Se cada um não tiver consciência da sua responsabilidade, nós vamos ter, no futuro, uma população de microcefálicos e outras doenças que estão surgindo", enfatizou a titular da Vepah, juíza Maria das Graças Quental.

Com mais essa medida de combate ao Aedes aegypti, o TJCE quer facilitar a disseminação de informações importantes sobre o mosquito, as doenças e os tratamentos. Além disso, ajuda a desmontar mitos como o de que já existe uma vacina para o zika – o que abre chance para a população se descuidar e deixar água parada em casa.

Pesquisas indicam que 90 dos focos do Aedes aegypti estão dentro de imóveis residenciais. "Grande parte desses jovens é de bairros de periferia com altos índices de infestação do mosquito. Nossa ideia é que eles aprendam as formas de combate e se tornem multiplicadores de conhecimento dentro de suas comunidades", explica a gestora estadual da Isbet, Emanuelle Magalhães.

Isso aconteceu pouco depois das palestras. Os jovens dividiram-se em grupos e foram para as regiões onde moram e outros bairros repassar o que aprenderam no Judiciário. As visitas foram acompanhadas por técnicos que identificaram e eliminaram possíveis focos do mosquito.

SAIBA MAIS

Ainda não existem vacinas para a dengue, a chikungunya e o zika vírus. Pesquisas nesse sentido estão sendo desenvolvidas dentro e fora do Brasil, mas não devem resultar numa cura a curto prazo.

A Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas e Habeas Corpus de Fortaleza trabalha hoje em parceria com 322 instituições. O Isbet é uma delas e recebe cerca de 30% dos jovens condenados a penas alternativas.

90% dos focos do mosquito da dengue, zika e chikungunya estão em imóveis domiciliares

DICAS



Elimine a água de **TODOS** os recipientes. Até uma tampinha de garrafa pode servir de criadouro do Aedes aegypti

Troque por areia a água do vaso de plantas

Se for viajar por muito tempo, baixe a tampa dos vasos sanitários de casa

Derrame a água da bandeja do geláguia rotineiramente

Tem árvores de grande porte em casa? Veja se não há água acumulada em buracos no caule. O mesmo vale para flores cujo formato favoreça o estoque de água da chuva ou do regador

Livre-se da água da bandeja que fica atrás da geladeira

Caso tenha pneus velhos em casa, veja se eles não têm água acumulada

Não esqueça de inspecionar as calhas

Garrafas, de qualquer tipo e tamanho, devem ficar emborcadadas; jamais sem tampa e viradas para cima

A casca de ovo deve ir pro lixo e não ser descartada de qualquer forma; apesar de pequena, ela pode servir de local de reprodução pro mosquito



DOENÇA	SINTOMAS	TRATAMENTO	TEM VACINA?
Dengue	febre, dor muscular, dor de cabeça e olhos, falta de ar, indisposição, manchas na pele e hemorragias (casos graves)	repouso e líquido	NÃO
Chikungunya	febre e dor nas articulações	repouso e líquido	NÃO
Zika	febre, olhos avermelhados e coceira	repouso e líquido	NÃO

Quem vai gerir o quê?

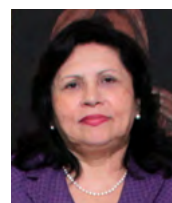
Estão definidos os nomes dos desembargadores, juizes e secretários responsáveis por fazerem o acompanhamento das metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para 2016 e dos indicadores do Plano Estratégico do Judiciário. Caberá a eles estabelecer planos de ação e adotar medidas destinadas à execução da respectiva meta. O 'Jornal do Judiciário' apresenta quem vai gerir o quê.

AS METAS E OS GESTORES



Ter em 2016 mais processos julgados do que novos processos distribuídos.
Gestor: desembargador Washington Luís Bezerra de Araújo.

Identificar e julgar até 31/12/2016 pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012 no 1º Grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013 no 2º Grau e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.
Gestora: desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira.



Aumentar casos resolvidos por conciliação em relação a 2015 e aumentar os Cejuscs.
Gestor: desembargador Francisco Gladysson Pontes.

Identificar e julgar até 31/12/2016 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2013. Taxa de Congestionamento. (Indicador do Plano Estratégico 2015-2020)
Gestor: desembargador Inácio de Alencar Cortez Neto.



Identificar o número e a situação dos processos de execução até 31/12/2016. Taxa de Congestionamento na fase de execução. (Indicador do Plano Estratégico 2015-2020)
Gestora: desembargadora Lígia Andrade de Alencar Magalhães.



Identificar e julgar até 31/12/2016 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 no 1º Grau e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 2º Grau.
Gestor: desembargador José Tarcílio Souza da Silva.

Gerir ações de massa com identificação e monitoramento do acervo de demandas repetitivas. Taxa de Congestionamento em demandas repetitivas. (Indicador do Plano Estratégico 2015-2020)
Gestor: desembargador Heráclito Vieira de Sousa.



Implementar projeto com equipe capacitada para oferecer práticas de Justiça Restaurativa, implantando ou qualificando pelo menos uma unidade para esse fim.
Gestora: juíza Luciana Teixeira de Souza.

Diminuir o valor da despesa por processo baixado em relação ao ano anterior.
Gestor: secretário Alex Araújo (Finanças).



Mapear 100% das competências das funções da Justiça de 1º e 2º Graus para subsidiar a implantação da gestão por competências.
Gestor: secretário Edilson Baltazar (Gestão de Pessoas).

De Acordo!

Luciberto Forte
Jornalista

lucibertofo@tjce.jus.br

CONSELHO DOS TJS EM FORTALEZA

Presidente do TJCE, a desembargadora Iracema Vale vai recepcionar, em Fortaleza, os presidentes de todos os Tribunais de Justiça do Brasil. Os magistrados participarão do 107º Encontro do Conselho dos TJs, programado para 9 e 10 de junho. Em maio, haverá reunião da Executiva do Conselho em Brasília. Na pauta, as eleições diretas para a administração dos tribunais, além de discutir a escolha de Coordenadores Regionais.

ORÇAMENTO DOS TJS

Na Carta de Campo Grande, aprovada no 106º Encontro, realizado nos dias 3 e 4 de março último, o Conselho aprovou compartilhar soluções para o enfrentamento da crise econômica e suas repercussões no orçamento dos TJs, tais como investimento em mediação e conciliação, expansão do Processo Judicial Eletrônico, implantação do trabalho à distância e realocação para melhor aproveitamento de servidores.

SONHO DA AMB

A propósito de eleições diretas para gestores dos TJs – sonho de consumo da Associação dos Magistrados Brasileiros –, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal aprovou, em outubro do ano passado, a PEC 187/2012, que propõe a alteração do artigo 96 da Constituição Federal e permite eleições diretas para os tribunais. O texto seguiu para Comissão Especial para análise de mérito.

INELEGÍVEIS

O artigo 7º da proposta do Regimento Interno do TJCE diz que o tribunal, pela maioria absoluta dos seus membros efetivos, por votação secreta, elegerá, dentre os desembargadores, os titulares dos cargos de direção, com mandato de dois anos, vedada a reeleição. Diz mais: são considerados inelegíveis os desembargadores que tenham exercido quaisquer dos cargos de direção por período de quatro anos ou o cargo de Presidente do Tribunal, até que se esgotem todos os nomes.

SUGESTÃO CULTURAL



LIVRO

Rebeca Nolêto
Jornalista da Assessoria de Comunicação Social

O livro da autora Jojo Moyes conta a história de Louisa Clark que, após perder o emprego de garçoneiro, passa a trabalhar como cuidadora de Will Traynor, um homem que ficou tetraplégico depois de um acidente. Para Rebeca, “a história é envolvente e traz lições de vida sobre amadurecimento pessoal.”



SÉRIE

Mário Sérgio
Funcionário do Serviço de Almojarifado

É um seriado político que mostra a busca implacável do congressista Frank Underwood para chegar ao poder. A série mostra um mundo de ganância e corrupção nos Estados Unidos. “Acho muito interessante porque mostra o que vale a pena fazer para chegar ao poder”, destaca Mário. A série está na sua quarta temporada.



FILME

Francisco Júnior
Garçom do Tribunal de Justiça do Ceará

O enredo mostra a batalha de um aluno universitário para provar a um professor de filosofia que Deus existe. Então começa entre eles uma batalha para justificar o ponto de vista de cada um. “É um filme muito bom, que fala sobre fé”, resume Júnior.



LIVRO

Ana Eugênia Barreto
Auxiliar judiciária da Secretaria Judiciária do Fórum Clóvis Beviláqua

O livro é uma autobiografia de Ingrid Betancourt, ex-deputada colombiana que foi sequestrada em 2002 pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) quando era candidata às eleições para presidente. Ela ficou seis anos presa com sua comitiva e foi resgatada pelo Exército em 2008. Ana classifica a obra como “uma ótima leitura.”